



CONVÊNIO QUE  
ENTRE SI  
CELEBRAM A  
FUNDAÇÃO DE  
APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO  
DO ENSINO, CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA DO  
ESTADO DE MATO  
GROSSO DO SUL, A  
FUNDAÇÃO  
OSWALDO CRUZ E  
A FUNDAÇÃO PARA  
O  
DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E  
TECNOLÓGICO EM  
SAÚDE.

A **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.776.669/0001-03, doravante denominada **FUNDECT**, com sede Rua: São Paulo, 1436, Monte Castelo, Campo Grande/MS, CEP: 79010-050, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, Dr. **Márcio de Araújo Pereira**, brasileiro, portador da RG nº 680160 SSP/MS e inscrito no CPF/MF n. 653.359.371-49, encontrado no endereço supra, doravante denominado **CONCEDENTE**; e do outro lado a **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, entidade pública criada e mantida pela União, vinculada ao Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0001-35, sediada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21045-900, doravante denominada **FIOCRUZ**, neste ato representada por sua Presidente, Dr.<sup>a</sup> **Nísia Trindade Lima**, brasileira, portadora do RG nº. 037949451 IFP e inscrita no CPF: 425.005.407-15, encontrada no endereço supra, denominada simplesmente **CONVENIENTE**; e a **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE**, doravante denominada **FIOTEC**, estabelecida na Avenida Brasil, 4036, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21040-361, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.385.669/0001-74, neste ato representada legalmente representada pelo seu Diretor Executivo, **Hayne Felipe da Silva**, portador da Cédula de Identidade nº 26.484.598-3 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 586.234.187-00, doravante denominado **INTERVENIENTE ADMINISTRADORA**.

RESOLVEM celebrar o presente Convênio, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Decreto Federal nº 93.872/1986, no Decreto Federal nº 6.170/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 414 de 14 de dezembro de 2020 - Altera a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que estabelece normas para execução do Decreto nº 6.170/2007, na Lei Federal nº 8.958/94, na Lei Federal nº 10.973/2004, nos Decretos Federais nº 7.423/2010, nº 8.241/2014 e

nº 9.283/2018, nos Decretos Estaduais do Mato Grosso do Sul nº 11.261/2003 e nº 15.116/2018 e na Resolução SEFAZ 2093/2007 mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** O presente CONVÊNIO tem por objeto o DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: INCENTIVO À PESQUISA CLÍNICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DA PLATAFORMA DE PESQUISA CLÍNICA NA FIOCRUZ MATO GROSSO DO SUL, doravante denominado **PROJETO**, com sede na cidade de Campo Grande-MS. A Plataforma de Pesquisa Clínica irá atuar no Sistema de C&T em Saúde na Região Centro-Oeste, através da condução de Estudos Clínicos nacionais e internacionais, articulando conhecimento científico, infraestrutura, recursos humanos e parcerias interinstitucionais público ou privadas para validação de segurança e eficácia de novas ferramentas e estratégias terapêuticas em benefício da população.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS**

**2.1** Integra este Instrumento, independentemente de transcrição, o documento Projeto Básico/Plano de Trabalho (Anexo I), elaborado e aprovado de comum acordo entre as partes, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente e a Ficha do Empreendimento (Anexo II) contendo informações técnicas elaborada pela Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC)/Fiocruz.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

**3.1.** São obrigações e compromissos assumidos entre as partes:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA FUNDECT**, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro), criada pela Lei 1.860 de 03 de julho de 1998, alterada pela Lei 2.046 de 15 de dezembro de 1999. É pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, cuja finalidade é conceder apoio financeiro e incentivar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação relevantes para o desenvolvimento econômico, cultural e social de Mato Grosso do Sul, executados por pesquisadores vinculados a Instituições de ensino e/ou pesquisa, públicas ou privadas localizadas no Estado, a quem compete:

**a)** Proceder a liberação do recurso financeiro à FIOCRUZ/FIOTEC, nos termos estabelecidos neste CONVÊNIO, condicionada à existência de recursos, estando ciente de que a FIOTEC é a Fundação de Apoio para a execução das atividades do projeto ora acordado;

**b)** Analisar a prestação de contas do projeto objeto deste CONVÊNIO, na forma da legislação vigente, observando especialmente o disposto no art. 9º, parágrafo 2º, da Lei 10.973/2004;

**c)** Receber e avaliar a pertinência de demandas apresentadas pela **FIOCRUZ/FIOTEC**, para emissão de termos aditivos a este CONVÊNIO de caráter técnico, administrativo-financeiro e orçamentário;

**d)** Proceder, quando for o caso, e nas hipóteses aqui previstas e em lei, a rescisão deste CONVÊNIO;

**e)** Autorizar a aplicação de recursos excedentes deste CONVÊNIO, inclusive aqueles provenientes de aplicações financeiras, se for o caso para o melhor atendimento e atingimento do objeto pactuado;

**f)** Analisar possíveis propostas de alteração de elemento de despesas, desde que não prejudique o alcance do objetivo e metas propostas;

**g)** Proporcionar um ambiente de colaboração permanente para o cumprimento das obrigações da FIOCRUZ, fornecendo e colocando à disposição os elementos e informações que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO – DA FIOCRUZ**, compete:

- a)** Desenvolver e gerir o PROJETO a que se refere este instrumento, zelando pelas boas práticas de qualidade e de gestão a garantir a efetividade e economicidade em suas atividades;
- b)** Propor modelo de governança da Plataforma, no prazo de seis meses a partir da assinatura desse termo, considerando questões relacionadas à sua gestão, sobretudo sua sustentabilidade;
- c)** Aplicar os recursos destinados a esse projeto, exclusivamente, na consecução do objeto previsto na CLÁUSULA PRIMEIRA, inclusive eventuais rendimentos financeiros, e em conformidade com a legislação que regulamenta a matéria, de acordo com as metas constantes do PROJETO;
- d)** Indicar formalmente um responsável pela coordenação e acompanhamento do PROJETO;
- e)** Manter comunicação frequente com a **FUNDECT**, informando-a acerca do andamento dos serviços e da evolução dos processos, assim como eventuais adequações e ajustes necessários para o devido cumprimento do objeto;
- f)** Apresentar os resultados parciais e finais bem como os relatórios periódicos e documentos comprobatórios das atividades realizadas conforme cronograma de execução;
- g)** A prestação de contas será realizada com o objetivo final de verificar os resultados das ações planejadas, comprometendo-se a **FIOCRUZ** a apresentar relatório de execução físico-financeira a cada trimestre ou quando solicitados, bem como o relatório final até no máximo 60 (sessenta) dias após o encerramento do prazo de vigência deste CONVÊNIO;
- h)** Colaborar com a **FUNDECT**, na viabilização de providências necessárias ao bom desenvolvimento do PROJETO em todos os seus aspectos;
- i)** Certificar que o desenvolvimento das atividades previstas neste instrumento não afeta os direitos de terceiros nem infringe a legislação vigente;
- j)** Assumir as despesas necessárias ao custeio da operação da Plataforma e ao referentes ao desenvolvimento das atividades previstas no PROJETO, considerando aquelas já destacadas na CLÁUSULA QUARTA, salvo as disposições contrárias no presente CONVÊNIO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO – DA FIOTEC**, única fundação de apoio da FIOCRUZ, cuja finalidade e missão constituem-se no apoio, na gestão logística, administrativa e financeira dos projetos desenvolvidos pela FIOCRUZ, a fim de dar cumprimento ao objeto de que trata a CLÁUSULA PRIMEIRA, compete:

- a)** Apoiar a estruturação, em conjunto com a **FUNDECT** e a **FIOCRUZ**, de procedimentos de execução do PROJETO;
- b)** Apoiar a **FIOCRUZ** na execução do PROJETO, no âmbito da gestão logística, administrativa e financeira, a que se refere este instrumento, zelando pela boa qualidade das ações e buscando alcançar eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
- c)** Indicar formalmente uma coordenação responsável pelo acompanhamento do PROJETO para o cumprimento do apoio à **FIOCRUZ** na execução do PROJETO;
- d)** Prestar à **FUNDECT** e à **FIOCRUZ** todas as informações sobre pessoal, administrativas, financeiras, contábeis, bem como disponibilizar para consulta das partes todos os documentos concernentes à administração físico-financeira referentes à execução do PROJETO;
- e)** Receber diretamente os recursos financeiros desembolsados pela **FUNDECT** para uso exclusivo no PROJETO e administrá-lo em uma conta única e específica para o presente CONVÊNIO, inclusive eventuais rendimentos financeiros, e em conformidade com a legislação que regulamenta a matéria, de acordo com as metas constantes do PROJETO;
- f)** Realizar a movimentação dos recursos financeiros recebidos da **FUNDECT** nos estritos limites definidos no PROJETO, conforme orientação técnica da FIOCRUZ;
- g)** Elaborar Relatórios Parciais, integrantes do processo de prestação de contas, trimestralmente, anualmente, bem como o Relatório Administrativo e

Financeiro de Finalização do PROJETO, que descrevam o fiel cronograma financeiro das atividades previstas no Plano de Trabalho/Projeto Básico;

**h)** Comunicar à **FUNDECT** qualquer alteração de ordem legal de seus estatutos, CONVÊNIO social, ou de outro instrumento, que venha resultar em modificações na estrutura societária, no gerenciamento dos negócios ou na sua representatividade legal;

**i)** Respeitar a autonomia didático-científica da **FIOCRUZ**;

**j)** Colaborar com a **FUNDECT** e a **FIOCRUZ** na viabilização de providências necessárias ao bom desenvolvimento do PROJETO em todos os seus aspectos;

**k)** Proporcionar um ambiente de colaboração permanente para o cumprimento das obrigações da **FUNDECT** e da **FIOCRUZ**.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** Para o cumprimento das metas estabelecidas neste CONVÊNIO, foi estabelecido o valor de R\$ **14.854.400,00 (quatorze milhões e oitocentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais)**, a ser transferido diretamente para a **FIOTEC**, para execução do PROJETO da **FIOCRUZ**, de acordo com o cronograma de desembolso fixado no Plano de Trabalho/Projeto Básico, em consonância com as disposições deste instrumento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A dotação orçamentária consignada no Programa de Trabalho 10.71207.19.571.2068.4470.0008, Elemento de Despesa 44504201 e Fonte de Recurso 0100000000.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **FIOTEC**, figura jurídica que possui como missão apoiar a **FIOCRUZ** na execução de atividades relativas a projetos e programas, estando registrada e credenciada pelos Ministérios da Educação – MEC e da Ciência e Tecnologia – MCT para atuar, com a fundação de apoio nos moldes da Lei nº 8.958/94, Lei Federal nº 12.349/10, Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, com as alterações da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 e do Convênio nº 185/2016, sendo previsto para tanto, os elementos relativos às despesas operacionais e administrativas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os recursos financeiros de que trata esta cláusula serão depositados pela **FUNDECT** em nome da **FIOTEC** no (001) **Banco do Brasil**, agência **2234-9**, conta corrente número **95019-X**.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os recursos transferidos à **FIOTEC** serão administrados em conta bancária única para esse fim e enquanto não empregados na consecução do objeto do CONVÊNIO, serão obrigatoriamente aplicados:

I - Em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e

II - Em fundo de aplicação financeira de curto prazo, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do CONVÊNIO ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos e devem estar explícitos e detalhados nas prestações de conta.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Ficam vedadas:

I - A realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto as relativas à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, se for o caso, e manutenção de contas ativas;

II - A transferência de recursos para terceiros;

III - A realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

IV - A manutenção de relação remunerada de trabalho com cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, inclusive em parentesco por

afinidade, bem como a contratação onerosamente com pessoas jurídicas que tenham tais pessoas e seus parentes como sócias; conforme força normativa do Parecer nº 286/2015 da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social/MPDFT e sua respectiva Recomendação nº 152/2015;

V - A efetivação de pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante do quadro de pessoal da Administração Direta ou Indireta do Distrito Federal, da União, dos Estados e dos Municípios, por serviços de consultoria ou assistência técnica, entendidos como apoio técnico fornecido no escopo de suas atribuições enquanto servidor ou empregado público.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

**5.1.** O valor total dos recursos financeiros desembolsado pela **FUNDECT** no âmbito do PROJETO é de R\$ **14.854.400,00** (quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais), a ser repassado em parcela ÚNICA na assinatura do CONVÊNIO.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRAPARTIDA**

**6.1.** Em virtude do objeto do CONVÊNIO ora entabulado, de notório interesse público, acordam as PARTES que ficará dispensado o fornecimento de contrapartida financeira pela **FIOCRUZ** e pela **FIOTEC**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Recurso classificado em 44204201 - Auxílios Despesas destinadas a atender despesas de investimentos da União, inclusive para suas entidades da administração indireta, observado o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 101/00.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1.** As PARTES devem franquear livre acesso aos responsáveis pela gestão e fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente ao serviço prestado, quando a finalidade for a fiscalização, inclusive e incontestavelmente, aos órgãos de controle;

**7.2.** As PARTES envolvidas devem indicar cada uma, por escrito e com ciência recíproca, um responsável pela gestão, controle e acompanhamento da execução das atividades e seu fiel cumprimento em conformidade com o previsto no Plano de Trabalho/Projeto Básico, consoante com as disposições legais e os termos e condições estabelecidas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – por parte da **FIOCRUZ** toda a fiscalização e acompanhamento da meta relacionada à promoção de infraestrutura será realizado pela Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi da Fiocruz – COGIC/Fiocruz.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

**8.1.** O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – É vedado ao CONVENIENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do CONVÊNIO;

III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do CONVÊNIO, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

IV - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção

monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

VIII - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IX - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

X - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais; e

XI- pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## **9. CLÁUSULA NONA - DO AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

**9.1.** Os resultados atingidos com a execução do PROJETO serão analisados, tendo por base o relatório final encaminhado pela **FIOCRUZ**, sendo este encaminhado também para fins de homologação da prestação de contas do presente CONVÊNIO.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**10.1.** A **FIOCRUZ** e a **FIOTEC** elaborarão e apresentarão conjuntamente à **FUNDECT** planilha de prestação de contas parcial, consistindo em: a) relatório de execução físico-financeira, a ser apresentado trimestralmente; b) relatório de execução físico-financeira e relatório de atividades, a ser apresentado a cada seis meses de vigência do CONVÊNIO;

**10.2.** A prestação de contas final será apresentada à **FUNDECT** no prazo de até 60 (sessenta dias), contados do término da vigência do CONVÊNIO, sobre a aplicação integral dos recursos recebidos, a qual será constituída por:

I - relatório de cumprimento do objeto, que deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;

II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o CONVÊNIO;

III - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

**10.3.** Na hipótese de existência de Termo Aditivo de prorrogação de prazo, a prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do término de sua vigência;

**10.4.** Os recursos utilizados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres Públicos, corrigidos monetariamente, e o recolhimento efetivado em até 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, expedida pela **FUNDECT**;

**10.5.** Os Relatórios de Finalização do PROJETO elaborados pela **FIOCRUZ**, junto com o Relatório Administrativo e Financeiro de Finalização do Projeto, elaborado pelo **FIOTEC**, constituem-se na documentação final consolidada de prestação de contas do CONVÊNIO.

**10.6.** Se, ao término do prazo estabelecido na Subcláusula Segunda da CLÁUSULA DÉCIMA, o CONVENIENTE não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de

Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

**10.7.** Antes da tomada da decisão final, caso constatada irregularidade na prestação de contas ou na comprovação de resultados, o CONCEDENTE notificará o CONVENIENTE para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

**10.8.** O CONCEDENTE terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data do recebimento, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento no parecer técnico expedido pelas áreas competentes.

**10.9.** A análise da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário; ou

III - rejeição, com a determinação da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, caso sejam exauridas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**11.1.** O presente CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, por meio de Termo Aditivo, caso necessário e de comum acordo entre os partícipes, até a efetiva conclusão dos serviços, condicionada a prorrogação, à garantia de recursos financeiros, desde que não seja modificado seu objeto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O CONVÊNIO poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, desde que não seja modificado seu objeto, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de término da execução do CONVÊNIO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A prorrogação deve ser solicitada dentro do prazo de vigência, somente podendo ser formalizada antes de sua expiração em conformidade com a Orientação Normativa nº 3/2009 da Advocacia-Geral da União.

**11.2.** O presente CONVÊNIO não poderá ser prorrogado caso haja qualquer indício de que o objeto pactuado não esteja de fato sendo executado.

**11.3.** O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde esteja dentro do prazo de vigência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS ADITAMENTOS**

**12.1.** As Partícipes, de comum acordo, poderão realizar termos aditivos para a inclusão de novas cláusulas e condições, desde que não envolva modificação do objeto pactuado, inclusão de partícipes ou desvio de finalidade.

**12.2.** A FUNDECT obrigará-se a prorrogar a vigência do CONVÊNIO, de ofício, quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS**

**13.1.** A restituição de recursos, caso pactuada entre as PARTES, deverá seguir o procedimento do Órgão concedente.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES**

**14.1.** Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENIENTE.

**14.2.** Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais

permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

## **15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

**15.1.** O presente CONVÊNIO poderá ser rescindido de pleno direito, no caso de infração a quaisquer de suas Cláusulas, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando a inadimplente obrigada a ressarcir os danos causados à parte lesada. Poderá, também, ser denunciado por quaisquer das Partícipes, a qualquer tempo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para publicidade, ficando as partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

## **16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE**

**16.1.** A eficácia do presente CONVÊNIO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela **FUNDECT** na Imprensa Oficial, e pela **FIOCRUZ** e pela **FIOTEC** no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias do prazo daquela data.

## **17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS EXECUTORES**

**17.1.** Para supervisionar, controlar, coordenar e fiscalizar as atividades do presente CONVÊNIO, a **FIOCRUZ** designará um executor titular e um executor substituto ambos vinculados à Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi da Instituição (COGIC).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caberá aos executores do CONVÊNIO, avaliar a execução físico-financeira dos convênios, verificando a legalidade, eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos adotados e das ações desenvolvidas.

## **18.CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MODIFICAÇÃO**

**18.1.** Este CONVÊNIO poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, desde que a solicitação das CONVENIENTES tenha sido encaminhada para exame e aprovação da **FUNDECT**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência do presente CONVÊNIO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **FUNDECT**, no processo de acompanhamento e supervisão deste CONVÊNIO, poderá recomendar a alteração de valores que implicará na revisão de metas, devendo, nestes casos, serem celebrados Termos Aditivos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Havendo adimplemento do objeto e excedentes financeiros disponíveis, a **FIOCRUZ** poderá, dentro da vigência do CONVÊNIO, solicitar à **FUNDECT**, o uso desse excedente, de acordo com o objeto do PROJETO. A autorização será formalizada mediante parecer do responsável pelo CONVÊNIO, desde que a utilização atenda o objetivo.

## **19.CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO**

**19.1.** A **FUNDECT**, a **FIOCRUZ** e a **FIOTEC** devem indicar responsáveis pela gestão, controle, fiscalização e acompanhamento da execução das atividades e seu fiel cumprimento em conformidade com o previsto no Projeto Básico/Plano de Trabalho do PROJETO.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os representantes dos convenientes, no exercício de atividades de gestão, controle, fiscalização e acompanhamento da execução do PROJETO, devem verificar o registro de informações que obrigatoriamente constam das peças de prestação de contas, conforme disposto em normas gerais estabelecidas na legislação vigente e nas Instruções específicas do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul e, se cabível, também nas Instruções do Tribunal de Contas da União.



## 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

**20.1.** Os casos omissos podem ser resolvidos em comum acordo pela **FUNDECT**, **FIOCRUZ** e **FIOTEC**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Sempre que houver a divulgação dos resultados das atividades desenvolvidas, deverá ser mencionado o presente instrumento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Nem a **FIOTEC**, nem a **FIOCRUZ**, nem os contratados por estas para a execução das atividades inerentes a este CONVÊNIO poderá ser considerado como agente ou membro pessoal técnico da **FUNDECT**, nem poderá obter privilégios, imunidades, retribuição ou reembolso que não forem expressamente previstos no presente CONVÊNIO, nem será autorizado a incumbir a **FUNDECT** de quaisquer gastos ou obrigações adicionais.

## 21. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

**21.1.** Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul, cidade de Campo Grande, não logrando êxito a conciliação, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste CONVÊNIO, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Acordo de Parceria foi assinado eletronicamente.

**Pela Fundect:**

**Márcio de Araújo Pereira**

Diretor Presidente da Fundect

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**Pela Fiocruz:**

**Nísia Verônica Trindade Lima**

Presidente da Fiocruz

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Pela Fiotec:**

**Hayne Felipe da Silva**

Diretor Executivo

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE**



Documento assinado eletronicamente por **NISIA VERONICA TRINDADE LIMA, Presidente**, em 01/07/2022, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de Araujo Pereira, CPF: 653.359.371-49, IDENTIDADE: 680160 SSP MS**, em 01/07/2022, às 21:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hayne Felipe da Silva, Usuário Externo**, em 04/07/2022, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1841498** e o código CRC **333635BA**.

---

**Referência:** Processo nº 25380.002843/2021-87

SEI nº 1841498